

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Termo de Referência 162/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
162/2025	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	HERCULES BRUNO MOREIRA DE ALMEIDA	05/03/2026 15:29 (v 0.67)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		03603.000064/2025-76

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03603.000064/2025-76)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de Serviços de Engenharia, compreendendo a Elaboração de Estudos Preliminares, Projetos Básicos, Projetos executivos, Projetos Complementares, bem como Orçamentos, para a Expansão dos Centros de Processamento de Dados Seguros (Data Centers) Principal (RJ) e Secundário (SP), com características de classificação TIER III e TIER II respectivamente, e também a Criação de um 3º (terceiro) Data Center, em Brasília (DF), com características de classificação TIER II, adequados às necessidades do IBGE, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definido neste Termo de Referência, bem como demonstrado nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição / Especificação Técnica / Part Number	CATMAT / CATSER	Métrica/ Unidade de Medida	Qtde (A)	Valor Unitário Estimado (R\$) (B)	Valor Total Estimado Máximo (R\$) (A) * (B)
	1	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão do Data Center Principal do IBGE, localizado junto ao Complexo Canabarro (Rio de Janeiro)	20060	Unidade	1	373.750,00	373.750,00
		ELABORAÇÃO DE ESTUDOS					

1	2	PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão do Data Center Secundário do IBGE, localizado junto à Superintendência Estadual de São Paulo (São Paulo - SP)	20060	Unidade	1	347.500,00	347.500,00
	3	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a implantação de solução de ambiente de alta disponibilidade, visando abrigar o 3º (Terceiro) Data Center do IBGE, a ser implementado na Superintendência Estadual de Brasília (Brasília - DF)	20060	Unidade	1	601.250,00	601.250,00
TOTAL GERAL							1.322.500,00

1.1.1. Os Serviços Técnicos Especializados de Engenharia, constantes no Subitem anterior, incluem todos os seus elementos, com suas respectivas Aprovações Legais, Orçamentos, Estimativas de Custos, Memórias de Cálculos, Cronogramas de Obras, bem como Especificações detalhadas, necessárias à contratação futura em regime de *Turnkey*, dos 3 (três) Projetos descritos neste Termo de Referência, com o fornecimento de toda mão de obra, material, ferramentas, equipamentos, bem como, o que venha a ser necessário para o desenvolvimento dos serviços especificados.

1.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2.1. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como Serviços comuns de Engenharia, demandando soluções personalizadas, as quais englobam a Elaboração de Estudos, Projetos e Planejamentos, Pareceres, bem como, Assessorias e Consultorias Técnicas, conforme justificativas constantes dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3.1 Os Serviços que são objeto desta contratação, são enquadrados como não contínuos ou contratados por Escopo.

1.4. Prazo de vigência

1.4.1. O prazo de vigência desta contratação será de **2 (dois) anos** após a assinatura contratual, na forma do [Artigo 105, da Lei 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se conforme pormenorizado junto aos Estudos Técnicos Preliminares, abrangendo o fornecimento de Projetos de Engenharia específicos para Data Centers, compreendendo a Expansão Física dos Data Centers Principal e Secundário do IBGE, bem como a Criação de um 3º (terceiro) Data Center.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000019/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 296/26;
- IV) Classe/Grupo: 833;
- V) Identificador da Futura Contratação: 114601-230/2026;

2.4. O objeto desta contratação encontra-se alinhado ao PLS – Plano Diretor de Logística Sustentável, uma ferramenta de planejamento que prmlte o estabelecimento de práticas sustentáveis e racionalização de gastos e processos na Administração Pública.

2.5. Devido à natureza específica dos Serviços de Engenharia, conforme descrito no Subitem 1.2. (Classificação do Objeto Quanto à Heterogeneidade ou Complexidade), deste Termo de Referência, justifica-se a modalidade de contratação por Pregão Eletrônico

2.6. Parcelamento da Solução a ser Contratada

2.6.1. A solução é composta pelos Itens 1 (um) a 3 (três), em 1 (um) único grupo, conforme descrito no Subitem 1.1. (Tabela DESCRIÇÃO SUMÁRIA DE ITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA), deste Termo de Referência.

2.6.2. Não haverá parcelamento da solução a ser contratada, pois a mesma, se dará por uma aquisição única, ou seja, não se justifica o parcelamento, visto tratar-se de contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projetos Executivos de Expansão de 2 (dois) Data Centers existentes no IBGE (RJ e SP), bem como, para Elaboração de Projeto Executivo de Construção do 3º (terceiro) Data Center, em Brasília – DF.

2.6.3. Após a execução destes Projetos, os 3 (três) Data Centers do IBGE deverão estar funcionando com características de Nuvem Privada, sendo interligados e interdependentes entre si. Deste entendimento, justifica-se a necessidade de busca de Padronização de Tecnologias e Infraestruturas, entre tais ambientes.

2.6.4. Apesar deste Processo possuir 3 (três) Itens, o parcelamento possa acarretar, além de conflito de responsabilidades, entre empresas distintas na Elaboração dos Projetos, também, falhas nas operações, devido à não padronização das Tecnologias empregadas.

2.7. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital de 2024-2027 e em consonância com os Planos Estratégicos do IBGE – 2023/2024, conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

2.7.1. Tabela ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Ação	ID	Meta Associada
18	Implantar soluções de TIC, Infraestrutura e Sistemas, que atendam às demandas do IBGE e utilizem as Melhores Práticas de Segurança da Informação e Comunicações, bem como de Proteção de Dados, garantindo a conformidade com as legislações vigentes.	1	Aprimoramento de Controles de Segurança da Informação e Comunicações, bem como de Privacidade dos Dados, com análise do ambiente de infraestrutura e identificação de soluções que aumentem a segurança do mesmo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. As Especificações estão descritas detalhadamente junto ao Subitem 6. (Descrição da Solução Como um Todo), dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Considerando as recomendações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis para execução de obras e serviços de engenharia, tratando-se de atividades potencialmente poluidoras, devem ser promovidas ações para prevenção da geração de resíduos e a gestão dos resíduos gerados.

4.1.2 Não são previstos impactos na fase dos projetos a serem elaborados os quais são objeto dessa contratação.

4.1.3 Todos os estudos e projetos deverão incorporar, desde a fase conceitual até os detalhes executivos, princípios de sustentabilidade ambiental, eficiência energética e economia de recursos. As soluções propostas devem equilibrar a alta disponibilidade, a eficiência energética e operacional e a minimização do impacto ambiental, assegurando a conformidade com todas as normas técnicas e legislações pertinentes.

4.1.4. De acordo com o Parecer 0001/2021/CNS/CGU/AGU, sobre a adoção de Critérios e Práticas de Sustentabilidade Socioambiental, bem como de Acessibilidade em todas as fases das contratações públicas, conforme o regramento da Ementa, fica estabelecido que:

4.1.4.1. Os Órgãos e Entidades que compõem a Administração Pública, são obrigados a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade, nas contratações públicas, nas Fases de Planejamento, Seleção de Fornecedor, Execução Contratual, Fiscalização, bem como na Gestão dos Resíduos Sólidos.

4.1.4.2. A impossibilidade de adoção de tais critérios e práticas de sustentabilidade nas contratações públicas, deverá ser justificada pelo Gestor competente nos autos do Processo Administrativo, com a indicação das pertinentes razões de fato e / ou de direito.

4.1.4.3. É recomendado aos agentes da Administração Pública Federal, encarregados de realizar contratações públicas, que, no exercício de suas atribuições funcionais, consultem o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.1.4.4. Regras Gerais / Passo a Passo do Procedimento de Contratação Sustentável:

4.1.4.4.1. 1º Passo: Necessidade da contratação e a possibilidade de reuso / redimensionamento ou aquisição, pelo processo de desfazimento.

4.1.4.4.2. 2º Passo: Planejamento da contratação, com parâmetros de sustentabilidade.

4.1.4.4.3. 3º Passo: Análise do equilíbrio entre os princípios licitatórios da Isonomia, da Vantajosidade e da Sustentabilidade.

4.1.4.4.4. 4º Passo: Gestão e Fiscalização do Contrato, bem como, Gestão de Resíduos.

4.1.5. Na execução do objeto desta contratação, será exigida pela Contratante, a utilização de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços pelos funcionários da Contratada, que sejam compatíveis às determinações indicadas junto ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

4.1.6. A CONTRATADA deverá prestar os Serviços, baseando-se nos princípios estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, durante toda a execução contratual.

4.2. Indicação de marcas ou modelos

4.2.1. Na presente contratação será admitida a indicação de Marca(s), Característica(s) ou Modelo(s), apenas a título de referência de Produtos, que atendam aos Requisitos de Qualidade e Características, especificados junto aos Estudos Técnicos Preliminares e nos documentos padronizados fornecidos pelo IBGE, a serem adotados nos Projetos elaborados pela Contratada.

4.2.2. As Marcas e Modelos especificados ou Referências Técnicas, foram selecionado(a)s como preferenciais, visando o atendimento das necessidades de ordem funcional e estética, de garantias, de confiabilidade na construção e suas instalações, de conforto ambiental e de padronização das instalações do IBGE.

4.2.3. Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um Material / Serviço especificado por outro, a Contratada deverá apresentar antecipadamente, por escrito à Contratante, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinantes do referido pedido.

4.2.4. Marcas e / ou Modelos referenciado(a)s nas Plantas, Especificações e Listas de Materiais, poderão ter admitidos, Itens equivalentes ou de qualidade superior, se devidamente comprovados os seus desempenhos, através de Testes e Ensaios previstos por Normas, e desde que previamente aceitos pela Contratante.

4.2.5. Toda e qualquer eventual substituição de Item especificado, por equivalente ou de qualidade superior, deverá atender rigorosamente às Especificações originais, quanto à qualidade, dimensões, cor e qualquer outra característica inerente ao mesmo, mediante comprovação de similaridade.

4.2.6. A equivalência deverá ser comprovada pela Contratada, devendo para tal, serem fornecidos pela mesma, a Ficha Técnica, Manual Técnico / Catálogo ou qualquer outro documento que comprove o solicitado acima, a fim de gerar subsídios suficientes para análise, julgamento e aprovação por parte da Contratante.

4.2.7. A equivalência será avaliada pela Contratante, antes da substituição efetiva, junto às Especificações, mediante apresentação pela Contratada, de Laudos Técnicos, Manual Técnico (Ficha Técnica), Catálogo, Certificações tais como do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Laudos Técnicos Comparativos entre o Produto / Serviço especificado e o Produto / Serviço alternativo, emitidos por laboratórios idôneos acreditados pelo INMETRO, sem ônus adicional para a Contratante.

4.2.8. Caso a Contratante julgue necessário o esclarecimento de dúvidas, quanto à admissibilidade de Materiais / Serviços, caberá à Contratada, contatar o(s) respectivo(s) fornecedor(es), a fim de comprovar o atendimento destes, aos Requisitos dos Projetos e às Normas, conforme Especificações constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

4.2.9. A Contratante poderá exigir a apresentação de Certificado expedido pela ABNT, pelo INMETRO ou por laboratório idêneo acreditado pelo INMETRO (IPT, Unisinos, etc.), a fim de confirmar que os Produtos / Serviços sugeridos, estão em conformidade com as Normas e Padrões estabelecidos, além de atender ao especificado nas Solicitações de Projetos.

4.2.10. Excepcionalmente, a Contratante poderá aceitar resultados de Ensaios realizados no exterior, podendo ser solicitado à Contratada, a tradução dos documentos, se necessário.

4.2.11. Alguns Produtos / Serviços podem ser homologados pela Concessionária de Energia Elétrica local, Concessionária de Abastecimento de Água, pelo Corpo de Bombeiros, etc. e, nestes casos, deverão ser respeitadas rigorosamente as suas exigências de Marcas, Modelos e Padrões.

4.2.12. A Contratante poderá solicitar amostras dos Materiais / Serviços sugeridos, a serem empregados na Elaboração e na futura Execução dos Projetos, sem que isso venha a acarretar ônus adicional para a mesma..

4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3.1. Não se aplica à presente contratação.

4.4. Da exigência de carta de solidariedade

4.4.1. Não se aplica à presente contratação.

4.5. Subcontratação

4.5.1. De acordo com a Equipe de Planejamento de Contratação, será admitida a Subcontratação do objeto contratual, observando-se o disposto nos Artigos 15 e 122, da Lei 14.133, de 2021.

4.5.2. A Contratada não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, subcontratar todos os serviços objetos desta contratação.

4.5.3. A Contratada somente poderá subcontratar parte dos serviços, se a subcontratação for aprovada prévia e expressamente pela Contratante.

4.5.4. É admitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do Valor Total do Contrato, nas seguintes condições:

4.5.4.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto contratual, referente aos Projetos de Expansão e de Implantação dos Data Centers.

4.5.4.2. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto contratual: Projetos de Ensaio junto aos elementos estruturais.

4.5.4.3. Ao ser autorizada a efetuar a subcontratação de parte dos serviços, a Contratada deverá realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como será a única responsável por responder perante a Contratante, pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5.4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada, pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Contratante, pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.5.4.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de Qualificação Técnica necessários para a execução do objeto.

4.5.4.6. A Contratada deverá apresentar à Administração, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, a qual será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5.4.7. É vedada a subcontratação de Pessoa Física ou Jurídica, se aquela ou os dirigentes da mesma, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Órgão ou Entidade Contratante ou com Agente Público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o 3º (terceiro) grau.

4.6. Garantia da contratação

4.6.1. *Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a o percentual 5% (Cinco por cento) do valor total da contratação.*

4.6.2. Tratando-se de serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.6.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6.4. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convenionadas.

4.6.4.1. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.6.4.2. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.4.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.6.4.4. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.6.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.6.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.6.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.6.8.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.6.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.6.9.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.6.9.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.6.9.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.6.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.6.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.6.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.6.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.6.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.6.14.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.6.14.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.6.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.6.15.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.6.15.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.6.16. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*

4.6.17. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.*

4.6.18. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.*

4.6.19. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.*

4.7. Vistoria

4.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, devendo o agendamento ser efetuado com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, junto às pessoas de contato, abaixo identificadas, pelos seguintes telefones ou e-mails:

4.7.1.1. Rio de Janeiro (RJ) – Complexo Canabarro

Rua General Canabarro, 706 - Bloco A - Sala 216 – Bairro: Maracanã

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.271-205

Pessoa de Contato: Sr. Hércules Bruno Moreira de Almeida

Telefones: (21) 2142-4792 / (21) 2142-0541 / (21) 98865-8490

E-mail: hercules.almeida@ibge.gov.br

4.7.1.2. São Paulo (SP) – Superintendência Estadual de São Paulo (SP)

Rua Urussuí, 93 – Bairro: Itaim Bibi

São Paulo – SP – CEP: 04.542-050

Pessoa de Contato: Sr. Wlamir Almeida Pinheiro

Telefones: (11) 2142-8239 / (11) 2142-8300 / (11) 99408-3200

E-mail: wlamir.pinheiro@ibge.gov.br

4.7.1.3. Brasília (DF) – Superintendência Estadual de Brasília (DF)

SBS (Setor Bancário Sul) – Quadra 2 – 5º andar – Bloco H – Lote 8 – Bairro: Asa Sul

Brasília – DF – CEP: 70.073-902

Pessoa de Contato: Sr. José Magno de Ávila Júnior

Telefones: (61) 3319-2142 / (61) 3319-2172 / (61) 3319-2179 / (61) 98132-3040 /

(61) 99820-6627 / (61) 99163-7917 / (61) 98138-1614

E-mail: jose.avila@ibge.gov.br

4.7.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7.3. O prazo para Vistoria, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.7.4. A Vistoria deverá ser previamente agendada, e deverão comparecer o Representante Legal da empresa e / ou Responsável Técnico habilitado(s) a elaborar Projetos de Engenharia para Data Centers.

4.7.5. Para a Vistoria, o Representante Legal da empresa e / ou Responsável Técnico, deverá(ão) estar devidamente identificado(s), apresentando documento de identidade civil, registro profissional, comprovando sua habilitação para a realização da Vistoria, bem como, documento expedido pela empresa, comprovando estar(em) credenciado(s) pela mesma.

4.7.6. Após a realização da Vistoria, a pedido da empresa interessada, será emitido, em até 1 (um) dia útil, Declaração de que a empresa interessada realizou a Vistoria, informando datas e locais vistoriados.

4.7.7. A licitante deverá incluir nos documentos de habilitação, Atestado de Visita, comprovando o comparecimento de técnico(s) credenciado(s) aos locais para os quais serão executados os serviços objeto deste Termo de Referência, para conhecimento e avaliação das peculiaridades relativas aos serviços a serem desenvolvidos, tomando ciência das condições gerais das instalações.

4.7.8. No ato da Vistoria, a Contratada deverá inteirar-se das condições e do grau de complexidade dos serviços, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento dos mesmos.

4.7.9. A Contratada deverá ainda, levantar junto aos Órgãos de aprovação dos Municípios, as informações necessárias para o desenvolvimento adequado dos serviços. O desconhecimento da Legislação ou de condicionantes da Contratante, não será justificativa para aditivos ou incorreções de Projeto.

4.7.10. Caso a licitante opte por não realizar a Vistoria, deverá prestar Declaração formal assinada pelo seu Responsável Técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, a ser apresentada no momento da habilitação.

4.7.11. A não realização da Vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais para os quais serão desenvolvidos os serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.8. Instalação de escritório

4.8.1. Não se aplica à presente contratação.

4.9. Margem de Preferência

4.9.1. Não se aplica à presente contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 (Cinco) dias da emissão da ordem de serviço.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão detalhadamente descritas junto ao Subitem 6. (Descrição da Solução Como um Todo), dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.1.3. Os trabalhos deverão ser rigorosamente realizados em obediência às Etapas de Projeto, estabelecidas nos Estudos Técnicos Preliminares, de modo a evoluírem gradual e continuamente em direção aos objetivos estabelecidos pela Contratante e reduzirem-se os riscos de perdas e refazimentos dos serviços.

5.1.4. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente junto à Fiscalização dos Projetos, antes da execução dos serviços correspondentes.

5.1.5. Os documentos técnicos produzidos em cada Etapa de Elaboração dos Projetos, deverão ser submetidos à avaliação da Contratante.

5.1.6. Os trâmites para a aprovação dos Projetos junto aos Órgãos oficiais e Concessionárias de Serviços, serão de responsabilidade da Contratada, através dos autores dos Projetos.

5.1.7. Será de responsabilidade dos autores dos Projetos, a introdução das modificações necessárias à sua aprovação, caso existam.

5.1.8. Os documentos técnicos que forem rejeitados, parcial ou totalmente, deverão ser revistos e / ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.

5.1.9. A Contratada deverá encaminhar à Contratante, 3 (três) jogos de cópias dos Projetos, com os carimbos de aprovação e chancela dos Órgãos competentes.

5.1.10. A aprovação dos Projetos, não eximirá os autores destes, das responsabilidades estabelecidas pelas Normas, Regulamentos e Legislações pertinentes às atividades profissionais.

5.1.11. As inadequações apontadas pela Fiscalização e Órgãos de aprovação, fiscalização e controle (Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Entidades de Proteção Sanitária e do Meio Ambiente, etc.) deverão ser corrigidas pela Contratada, sem ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.1.12. A entrega das ARTs e / ou RRTs referentes à execução dos serviços, deverá ser feita até o 10º (décimo) dia corrido, a partir da data de assinatura do Contrato.

5.1.13. É facultado à empresa o envio da ART/RRT na forma de rascunho para aprovação da fiscalização antes do pagamento.

5.1.14. A Contratada deverá entregar à Contratante, 1 (uma) via das Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs, ou ainda 1 (uma) via dos Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs, relativas a todos os Projetos e Orçamentos, que compõem a solução desta contratação, devidamente quitadas.

5.1.15. Os valores orçados para esta contratação, deverão incluir a emissão de ARTs e / ou RRTs, bem como todos os demais Custos e Encargos existentes para a realização de impressões e deslocamentos.

5.1.16. A Contratada deverá efetuar o pagamento de todos os Impostos, Taxas, Emolumentos, Contribuições Fiscais, Parafiscais e demais incidentes pertinentes ou aqueles que vierem a incidir sobre os objetos do Contrato, até o Recebimento Definitivo dos Serviços pela Contratante.

5.1.17. Diretrizes Gerais

5.1.17.1. Todos os Estudos e Projetos deverão ser desenvolvidos de forma harmônica e consistente, observando a não interferência entre os elementos dos diversos Sistemas das soluções de Data Centers, e atendendo às Diretrizes Gerais de Projeto, conforme definições constantes nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.1.17.2. A Contratada deverá adotar soluções técnicas que considerem a acessibilidade de portadores de necessidades especiais, obedecendo ao que determina a NBR 9050 e demais Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como, que ofereçam proteção contra roubos, furtos e vandalismo.

5.1.17.3. Os projetos desenvolvidos devem preferencialmente utilizar a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados conforme determinado pelo §3º do art. 19 da Lei 14.133/2021.

5.1.18. Coordenação e Responsabilidade

5.1.18.1. A Contratada deverá indicar um Coordenador Técnico para o desenvolvimento dos Projetos Interdisciplinares como um todo, bem como, os Responsáveis Técnicos por cada Projeto específico, necessários ao atendimento das demandas desta contratação, fornecendo à Fiscalização, os nomes e registros profissionais de toda a equipe técnica.

5.1.18.2. Os Projetos completos, constituídos por todos os Projetos específicos, devidamente harmonizados entre si, deverão ser, de preferência, coordenados pelo autor dos Projetos Interdisciplinares como um todo, de modo a compatibilizar os Projetos das diferentes atividades técnicas, promover e / ou facilitar as consultas e troca de informações entre os autores dos Projetos específicos, bem como, solucionar as interferências entre os elementos dos diversos Sistemas das soluções de Data Centers da Contratante.

5.1.19. Apresentação de Desenhos e Documentos

5.1.19.1. A documentação técnica que representa os Projetos como um todo, é composta de elementos gráficos diferenciados, como desenhos, planilhas, textos, cronogramas, fotos, etc., os quais deverão ser produzidos e apresentados, de acordo com a sua especificidade, conforme as Normas Técnicas estabelecidas, bem como, com as disposições da Contratante.

5.1.19.2. Os desenhos, textos e demais documentos, deverão conter na parte inferior ou superior, no mínimo, as seguintes informações:

5.1.19.2.1. Identificação da Contratante.

5.1.19.2.2. Identificação da Contratada e dos autores dos Projetos, contendo nome, habilitação e registro profissional, números das ARTs e / ou RRTs, bem como suas respectivas assinaturas.

5.1.19.2.3. Identificação do Local do Projeto: nome e endereço completo.

5.1.19.2.4. Identificação do Projeto: Etapa de execução, atividade técnica e codificação.

5.1.19.2.5. Identificação do Documento: título, data da emissão e número de revisão.

5.1.19.2.6. Descrição de demais dados pertinentes.

5.1.19.3. A Contratada deverá emitir os desenhos e documentos de Projetos, em obediência aos Padrões previamente definidos pela Contratante, nos Estudos Técnicos Preliminares.

5.1.19.4. Todos os documentos técnicos (desenhos, textos, planilhas, etc.) deverão ser entregues - durante a execução - à Contratante, em 3 (três) vias impressas, sendo que os desenhos deverão ser plotados.

5.1.19.5. No que se refere à Entrega Final, todos os documentos técnicos (desenhos, textos, planilhas, etc.) deverão ser entregues à Contratante, em 2 (duas) vias impressas, sendo que os desenhos deverão ser plotados.

5.1.19.6. A Contratada também deverá fornecer à Contratante, cópia em *CD / DVD* ou *pen drive* de boa qualidade, dos arquivos correspondentes a todos os documentos técnicos produzidos nas diversas fases dos Projetos, devidamente relacionados e identificados.

5.1.19.7. Os arquivos de desenho deverão ser entregues em formato .dwg, com tabela de espessura de penas, em .pdf, .ctb e .plt.

5.1.19.8. Nos desenhos que comporão os Projetos Básicos, deverá ser utilizada na representação geral, a Escala de 1:100 ou de 1:50, devendo ser mantidas, para todos os Projetos das atividades técnicas, com exceção dos detalhes - cuja Escala deverá ser adequada às áreas ou elementos detalhados.

5.1.19.9. Nos desenhos que comporão os Projetos Executivos, deverá ser utilizada na representação geral, a Escala de 1:50, devendo ser mantida, para todos os Projetos das atividades técnicas relacionadas, tanto quanto possível. Os detalhes executivos e plantas setorizadas, deverão ter Escalas de representação adequadas ao seu objetivo.

5.1.19.10. Os documentos técnicos de cada um dos Projetos deverão ser agrupados em jogos separados e independentes, em correspondência a cada atividade técnica envolvida.

5.1.19.11. Os desenhos de cada um dos Projetos deverão ser numerados sequencialmente, contendo a indicação do número total de pranchas que compõem o referido conjunto.

5.1.19.12. Os desenhos e demais documentos técnicos deverão obedecer aos formatos e Normas de representação, previstos na Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e deverá ser indicada, para cada um dos Projetos, a simbologia utilizada.

5.1.19.13. Eventualmente, a Contratante poderá exigir o desenvolvimento de todos os detalhes adicionais que julgar convenientes, para o perfeito entendimento e caracterização dos Projetos.

5.1.19.14. Tanto os desenhos como as Especificações de cada um dos Projetos Complementares, deverão ser perfeitamente compatibilizados com aqueles correspondentes aos demais Projetos.

5.1.19.15. Todos os documentos, modelos, desenhos e arquivos magnéticos são de propriedade do IBGE. Os mesmos não poderão ser protegidos por senhas ou qualquer outro método de restrição às informações e edições das mesmas.

5.1.20. Apresentação de Projetos Legais de Arquitetura

5.1.20.1. Os Projetos Legais de Arquitetura deverão apresentar todos os elementos gráficos e memoriais necessários à sua aprovação, de acordo com a Legislação em vigor, frente aos Poderes Públicos (Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, entre outros), cuja responsabilidade pelos trâmites e aprovação, caberá inteiramente à Contratada.

5.1.21. Apresentação de Projetos Executivos

5.1.21.1. Cada um dos Projetos Executivos deverão conter ainda, uma estimativa de Planilha Orçamentária e uma sugestão de Cronograma Físico-Financeiro para a futura contratação de execução dos Projetos, fundamentados em Especificações Técnicas e quantidades de materiais, equipamentos e serviços, bem como em métodos construtivos e prazos de execução corretamente definidos.

5.1.21.1.1. Descrição dos Produtos a Serem Apresentados nas Etapas de Projetos Básicos e Executivos

5.1.21.1.1.1. Requer-se a Padronização de documentos gráficos que consistem na representação técnica das obras a serem realizadas, mediante desenhos em Escala, sendo constituídos por pranchas (folhas de desenho) com cotas.

5.1.21.1.1.2. Deverão ser apresentados desenhos de engenharia, conforme as Especificações constantes nos Estudos Técnicos Preliminares, para cada um dos locais de serviços elencados nesta contratação.

5.1.21.1.2. Apresentação de Memoriais Descritivos

5.1.21.1.2.1. De preferência, as Especificações Técnicas deverão ater-se aos materiais, equipamentos e serviços pertinentes ao mercado local.

5.1.21.1.2.2. As Especificações Técnicas não poderão reproduzir catálogos de um determinado fornecedor ou fabricante, a fim de permitir alternativas de fornecimento.

5.1.21.1.2.3. As Especificações de componentes conectados à redes de utilidades públicas, deverão adotar rigorosamente os padrões vigentes das concessionárias.

5.1.21.1.2.4. As Especificações Técnicas de soluções inéditas, deverão se apoiar em justificativa e comprovação do desempenho requerido pelos Projetos, através de Testes, Ensaios ou experiências bem-sucedidas, a juízo da Contratante.

5.1.21.1.2.5. As Especificações deverão ser elaboradas visando equilibrar economia e desempenho técnico, considerando custos de fornecimento e de manutenção, porém sem prejuízo da vida útil dos componentes das soluções.

5.1.21.1.2.6. Se a referência de Marca ou Modelo for indispensável para a perfeita caracterização dos componentes das soluções, as Especificações deverão indicar, no mínimo, 3 (três) alternativas de aplicação, contendo obrigatoriamente a expressão “ou equivalente”, definindo com clareza as características e desempenho técnico requeridos pelos Projetos, de modo a permitir a verificação e comprovação da equivalência com outros modelos e fabricantes. Definições complementares referentes à indicação de Marcas ou Modelos, encontram-se detalhadas junto ao Subitem 4.2. (Indicação de Marcas ou Modelos), deste Termo de Referência.

5.1.21.1.3. **Apresentação de Cronogramas Físicos-Financeiros**

5.1.21.1.3.1. Os Cronogramas Físicos-Financeiros deverão apresentar a previsão de gastos mensais em cada uma das Etapas das obras, de forma a possibilitar uma análise da evolução física e financeira das mesmas.

5.1.21.1.3.2. Tais Cronogramas deverão conter o percentual mensal de execução dos serviços, bem como, a aplicação dos recursos de cada Item, relativos ao valor total de cada uma das obras, de forma compatível às Planilhas Orçamentárias apresentadas.

5.1.21.1.3.3. Para a elaboração dos Cronogramas Físicos-Financeiros, será importante realizar um estudo dos processos de implantação propostos, para definição do tempo necessário para a realização de cada uma das obras / intervenções.

5.1.21.1.3.4. Outros aspectos relevantes para elaboração destes documentos são:

5.1.21.1.3.4.1. Identificação dos processos construtivos e / ou de manutenção.

5.1.21.1.3.4.2. Identificação das estruturas necessárias para execução de cada uma das obras / serviços (maquinário e ferramentas).

5.1.21.1.3.4.3. Verificação do estado de acessos e dos locais de implantação (distâncias para transportes internos e externos às obras, condições das vias de acesso, locais de descarga e armazenamento dos materiais, inclinações dos terrenos, etc.).

5.1.21.1.3.4.4. Avaliação das características geológicas dos terrenos, conforme o caso (altura do lençol freático, composição e estabilidade do terreno, etc.).

5.1.21.1.3.4.5. Identificação das condições necessárias para execução de cada um dos serviços.

5.1.21.1.3.4.6. Identificação das necessidades de disponibilidade de mão-de-obra, em cada um dos locais de implantação, descrevendo o número e a qualificação necessária dos funcionários que deverão atuar na execução das obras / serviços, os quais serão todos, realizados em regime de *Turnkey*.

5.2. *Cronograma de realização dos serviços:*

5.2.1.. **Tabela CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS**

Cronograma de Execução dos Projetos			

EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	PRAZO MÁXIMO (EM DIAS ÚTEIS)	RESPONSÁVEL
1	Assinatura do Contrato.	-	Contratante E Contratada
2	Reunião de <i>Kick-off</i> .	Evento 1 + 5 dias	Contratante E Contratada
3	Apresentação dos Levantamentos e Estudos Preliminares, conforme previsto nos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 2 + 15 dias	Contratada
4	Análise e Aprovação dos Levantamentos e Estudos Preliminares referente aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 3 + 8 dias	Contratante
5	Apresentação dos Levantamentos e Estudos Preliminares, conforme previsto no Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 3 +15 dias	Contratada
6	Análise e Aprovação dos Levantamentos e Estudos Preliminares referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 5 + 8 dias	Contratante
7	Apresentação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 4 + 20 dias	Contratada
8	Análise e Aprovação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 7 + 8 dias	Contratante
9	Apresentação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 6 + 20 dias	Contratada
10	Análise e Aprovação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamento referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 9 + 8 dias	Contratante
11	Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 8 + 10 dias	Contratante

12	Análise e Aprovação da Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 11 + 8 dias	Contratada
13	Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 10 + 10 dias	Contratada
14	Análise e Aprovação da Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 13 + 8 dias	Contratada
15	Entrega Final de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 12 + 8 dias	Contratada
16	Análise e Aprovação de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 15 + 5 dias	Contratante
17	Entrega Final de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 14 + 8 dias	Contratada
18	Análise e Aprovação de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares.	Evento 17 + 5 dias	Contratante

* Os prazos variam de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros do Governo Federal, para as futuras contratações, podendo vir a ser alvos da necessidade de Aditivo Contratual para Prorrogação de Prazo, no futuro.

5.3. Local e horário da prestação dos serviços

5.3.1 Os serviços deverão ser prestados **remotamente**, sendo que, para dirimir eventuais dúvidas que porventura venham a surgir, relativas aos Projetos, a Contratante deverá estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

5.3.2. Para os casos em que se fizerem necessárias visitas adicionais, aos locais referentes a esta contratação, abaixo encontram-se os mesmos descritos, tendo seu atendimento normal em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h:

5.3.2.1. Rio de Janeiro (RJ) – Complexo Canabarro

Rua General Canabarro, 706 - Bloco A - Sala 216 – DATA CENTER

Bairro: Maracanã

Rio de Janeiro – RJ

CEP: 20.271-205

5.3.2.2. São Paulo (SP) – Superintendência Estadual de São Paulo (SP)

Rua Urussuí, 93 – DATA CENTER

Bairro: Itaim Bibi

São Paulo – SP

CEP: 04.542-050

5.3.2.3. Brasília (DF) – Superintendência Estadual de Brasília (DF)

SBS (Setor Bancário Sul) – Quadra 2 – 5º andar – Bloco H – Lote 8

Bairro: Asa Sul

Brasília – DF

CEP: 70.073-902

5.3.3. Em até 3 (três) dias úteis, após a assinatura do Contrato, a Contratada deverá enviar à Contratante, uma lista com os nomes completos e com os números de documentos de identificação (constando Órgão Emissor) de todos os seus funcionários e dos funcionários de eventuais empresas subcontratadas, aptos a executarem os serviços. Essa lista deverá ser mantida atualizada pela Contratada, durante toda a execução contratual.

5.3.3.1. Os funcionários eventualmente substituídos ao longo do Contrato, deverão ter as mesmas qualificações técnicas exigidas, para habilitação da empresa, durante a licitação.

5.3.4. Os funcionários da Contratada e de eventuais empresas subcontratadas, deverão ser identificados previamente na recepção de cada uma das Unidades. Além disso, a Contratada deverá manter seu próprio registro da presença de seus funcionários, e dos funcionários de eventuais empresas subcontratadas, os quais deverão estar uniformizados e / ou identificados com crachá visível, da empresa Contratada.

5.3.5. Para atividades que possam interferir diretamente no trabalho dos servidores do IBGE, a Contratada poderá ter que ajustar especificamente, o(s) dia(s) e o(s) horário(s) de realização de tais atividades, segundo orientações da Fiscalização.

5.3.6. Qualquer atividade fora dos dias úteis e do horário normal de trabalho (8h às 17h) deverá ser autorizada previamente pela Fiscalização, sem que tal fato venha a representar qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

5.3.7. Deverá ser obedecida a Legislação Municipal pertinente, sobre quaisquer necessidades eventuais de interferências, ruídos e / ou demais condicionantes para os serviços, cujas características se enquadrem nas questões de natureza ambiental, caso se façam necessários.

5.4. Rotinas a serem cumpridas

5.4.1. O andamento do fornecimento dos serviços, deverá ser devidamente acompanhado pela Contratada, a qual dará ciência de eventuais acontecimentos, imprevistos ou não, à Contratante.

5.4.2. A Contratante será responsável pela verificação de aderência aos padrões de qualidade exigidos, relativa aos serviços entregues.

5.4.3. A metodologia de trabalho, relativa aos serviços prestados, deverá observar os princípios estabelecidos pelas Leis e Normas Técnicas específicas de cada especialidade e localidade, além das Regulamentações dos Conselhos de Classe relacionados.

5.4.4. Algumas informações à respeito das Leis e Normas Técnicas aplicáveis, foram indicadas como Diretrizes de Projeto a serem seguidas, estando relacionadas junto aos Estudos Técnicos Preliminares, cabendo à Contratada, inteirar-se previamente a respeito de possíveis atualizações e / ou complementações que se fizerem necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento das mesmas.

5.4.5. A execução contratual deverá obedecer ao Cronograma de Realização dos Serviços, conforme abaixo especificado:

5.5 Materiais a serem disponibilizados

5.5.1. A Contratada será responsável pelo fornecimento dos *softwares*, *hardwares* e gestão dos recursos humanos e materiais necessários, para a prestação dos serviços.

5.5.2 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.6. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1.1. Este Instituto visa a contratação e aquisição de equipamentos / serviços da melhor qualidade possível, visando sempre a Proposta mais vantajosa para a Administração.

5.6.1.2. A demanda do Órgão tem como base as características descritas junto às Especificações dos Estudos Técnicos Preliminares, anexas a este Termo de Referência. Recomenda-se a leitura atenta de ambos os documentos.

5.7. Especificação da garantia do serviço

5.7.1. As determinações referentes à Garantia do Serviço, encontram-se descritas junto ao Artigo 40, §1º, Inciso III, da Lei 14.133, de 2021.

5.7.2. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 (Código Civil) e ainda, as disposições e requisitos de desempenho da NBR 15575.

5.7.3. A Contratada deverá garantir a viabilidade técnica dos Projetos, fazendo as devidas revisões e correções de falhas verificadas nestes, inclusive durante a execução das obras, sem acréscimo do valor inicialmente pactuado.

5.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1. A Contratada, deverá realizar a transição contratual com total Transferência de Conhecimentos, Tecnologias, bem como Técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante e / ou da nova empresa que, porventura vier a executar os Projetos.

5.8.2. As dúvidas pertinentes aos Projetos elaborados, deverão ser adequadamente sanadas, visando a correta execução futura dos mesmos.

5.8.3. A Transferência de Conhecimentos, deverá ser realizada, conforme descrita junto aos Subitens 6.1.3.3.9.2., 6.2.3.3.9.2. e 6.3.3.3.8.2. (Treinamento e Repasse de Conhecimentos / Tecnologias), constantes nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. São definidos como Mecanismos Formais de Comunicação, entre a Contratante e a Contratada, os seguintes abaixo indicados:

6.4.1. Ordem de Serviço – OS.

6.4.2. Ata de Reunião.

6.4.3. Ofício.

6.4.4. Sistema de Gestão de Solicitações, caso a Contratada queira valer-se de algum, para seu acompanhamento, específico, sob sua inteira responsabilidade.

6.4.5. E-mails e Cartas.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

6.7. Reunião Inicial

6.7.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do Contrato.

6.7.2. A reunião deverá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada, a critério da Contratante.

6.7.3. A pauta desta Reunião deverá observar, pelo menos:

6.7.3.1. Presença do representante legal da Contratada, que apresentará o seu Preposto, bem como, o seu Coordenador Técnico do Projeto Como um Todo.

6.7.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, assinados.

6.7.3.3. Fornecimento de esclarecimentos relativos às questões operacionais, administrativas e de gestão do Contrato.

6.7.3.4. Entrega, por parte da Contratada, da Carta de Apresentação do Preposto, a qual deverá conter, no mínimo, o nome completo e CPF do funcionário da empresa, designado para acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal, junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões legais e administrativas, referentes ao andamento contratual.

6.7.3.5. Entrega, por parte da Contratada, da Carta de Apresentação do Coordenador Técnico do Projeto Como um Todo, a qual deverá conter, no mínimo, o nome completo, registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com a identificação da respectiva Formação Técnica, incluindo *Curriculum Vitae* completo, do funcionário da empresa, designado para gerenciar a execução técnica do Contrato e atuar como interlocutor principal, junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às principais questões técnicas, referentes ao andamento contratual.

6.7.3.6. Esclarecimento de eventuais dúvidas ou questionamentos sobre o Plano de Fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, o Plano Complementar de Execução do Contrato, quando houver, os métodos de aferição dos resultados, bem como, as sanções aplicáveis, dentre outros.

6.8. Preposto

6.8.1. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.8.2. O representante da Contratante (Preposto) deverá, ter a qualificação necessária, para o acompanhamento e controle da execução do Contrato.

6.8.3. Não será necessária a presença do Preposto da empresa, nos locais de execução do objeto contratual, desde que sejam utilizados meios de comunicação formal entre este e a Contratante, sempre que se fizer necessário, visando endereçar possíveis questões que porventura venham a surgir.

6.8.4. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.9. Coordenador Técnico do Projeto Como um Todo

6.9.1. A Contratada deverá designar formalmente um Coordenador Técnico da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento de formalização, os poderes e deveres deste, em relação à execução do objeto contratual.

6.9.2. O Coordenador Técnico indicado pela Contratada, para liderar os Projetos como um todo, deverá, ter a qualificação necessária, para o acompanhamento e controle da execução dos serviços, conforme evidenciado no Subitem 5.1.7. (Coordenação e Responsabilidade), deste Termo de Referência.

6.9.3. A comprovação da experiência desse profissional em projetos similares, deverá ser feita até a data de assinatura do Contrato, por meio de Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica emitida por empresa pública ou privada, ou ainda, por meio de documentação de Projeto, que evidencie a participação do profissional no papel de Coordenador Técnico ou Arquiteto / Engenheiro Responsável.

6.9.4. Não será necessária a presença do Coordenador Técnico do Projeto, nos locais de execução do objeto contratual, desde que sejam utilizados meios de comunicação formal entre este e a Contratante, sempre que se fizer necessário, visando endereçar possíveis questões de caráter técnico, que porventura venham a surgir.

6.9.5. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do Coordenador Técnico da empresa, hipótese em que a Contratada deverá designar outro para o exercício da atividade.

6.10. Rotinas de Fiscalização

6.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.10.2. As atividades de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Contrato, consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, das técnicas, bem como dos equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, as quais serão exercidas por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados para tal.

6.10.3. As atividades de Gestão e Fiscalização da execução contratual, devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, Equipe de Fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

6.10.4. O representante da Contratante (Preposto) deverá, ter a qualificação necessária, para o acompanhamento e controle da execução dos serviços, bem como do Contrato.

6.10.5. O Coordenador Técnico indicado pela Contratada, para liderar os Projetos como um todo, deverá, ter a qualificação necessária, para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

6.10.6. A verificação da adequação da prestação dos serviços, deverá ser realizada com base nos critérios previstos, nos Estudos Técnicos Preliminares, bem como, neste Termo de Referência.

6.11. Fiscalização Técnica

6.11.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas e/ou dos defeitos observados.

6.11.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a mesma.

6.11.4.. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.11.7. Fiscalização deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

6.11.7.1. Manter um arquivo completo e atualizado de toda a documentação pertinente aos trabalhos, incluindo a Ordem de Serviço – OS, os Estudos Técnicos Preliminares – ETP, este Termo de Referência – TR, Atas de Reuniões, correspondências trocadas entre as partes, etc.

6.11.7.2. Aprovar a indicação pela Contratada, do Coordenador Técnico responsável pela condução dos Projetos como um todo.

6.11.7.3. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da Contratada, que embarace a ação da Fiscalização.

6.11.7.4. Verificar se está colocada à disposição dos trabalhos, as equipes técnicas necessárias e previstas, na Proposta de execução dos serviços.

6.11.7.5. Esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas descrições de necessidades, bem como nas demais informações e instruções complementares deste Termo de Referência e / ou dos Estudos Técnicos Preliminares, necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.11.7.6. Exercer rigoroso controle sobre o Cronograma de execução dos serviços, aprovando previamente os eventuais ajustes, que se façam necessários, durante o desenvolvimento dos trabalhos.

6.11.7.7. Analisar e aprovar as Etapas dos serviços executados, em obediência ao previsto neste Termo de Referência, bem como, junto aos Estudos Técnicos Preliminares.

6.11.7.8. Verificar e aprovar as soluções propostas nos Projetos, quanto à sua adequação técnica e econômica, de modo a atender às necessidades da Contratante.

6.11.7.9. Verificar e atestar os serviços, bem como conferir, vistar e encaminhar para pagamento, as Faturas emitidas pela Contratada.

6.11.7.10. Encaminhar à Contratada, as análises efetuadas, para que sejam providenciados os respectivos atendimentos, oriundos das mesmas.

6.11.7.11. Receber a documentação final do Projeto, verificando o atendimento aos comentários efetuados, bem como, a apresentação de todos os documentos previstos para esta contratação, em seus diferentes formatos.

6.11.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.11.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.11.10. Adicionalmente, a realização de Fiscalização Técnica, exercida por profissionais oriundos das áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações, Engenharia, bem como, Administrativas, compreende uma atividade exercida de modo sistemático pela Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

6.11.11. Deverá ser indicada pela Contratante, através da Gerência de Engenharia, Arquitetura e Frota, do IBGE – CRM/GENAF, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, a seu critério exclusivo, uma equipe de Fiscalização e Apoio Técnico, eventualmente constituída por profissionais habilitados em suas áreas profissionais específicas (Tecnologia da Informação e Engenharia), que considerar necessários ao acompanhamento e controle dos trabalhos.

6.11.12. Deverão ser observadas, as seguintes Condições Gerais:

6.11.12.1. A Contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

6.11.12.2. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização, durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada, da responsabilidade pela execução dos serviços.

6.11.13. As Reuniões realizadas, deverão ser documentadas por Atas de Reunião, elaboradas pelo Coordenador Técnico indicado pela Contratada, as quais deverão conter, no mínimo, os seguintes elementos: data, nome e assinatura dos participantes, assuntos tratados, decisões e indicação dos responsáveis pelas providências a serem tomadas, prazos para conclusão das providências a serem tomadas.

6.11.13.1. Após a referida elaboração, as mesmas deverão ser encaminhadas aos participantes, para que se obtenha a aprovação ou concordância dos mesmos, através de suas respectivas assinaturas.

6.12. Fiscalização Administrativa

6.12.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.12.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.13. Fiscalização Setorial

6.13.1. A Fiscalização Setorial caracteriza-se pelo acompanhamento técnico ou administrativo da execução de um Contrato, quando a mesma ocorre em diferentes unidades ou locais de um mesmo Órgão ou Entidade Contratante, sendo aplicada quando a prestação do serviço ou o fornecimento do objeto ocorrem de maneira descentralizada ou em múltiplos setores.

6.13.2. Com a utilização desta modalidade de fiscalização, busca-se garantir que a Administração Pública mantenha o controle da execução contratual, em todos os seus locais de atuação, designando Fiscais Setoriais para atuarem nas unidades desconcentradas, visando o cumprimento dos aspectos técnicos e administrativos do Contrato em cada um desses locais.

6.13.3. Na presente contratação, eventualmente, a critério da Contratante, a Fiscalização Setorial poderá ser aplicada, pois o Contrato será executado simultaneamente em diferentes setores dentro do mesmo Órgão, sendo os serviços ou objeto contratual, prestados remotamente, porém referentes a unidades desconcentradas do IBGE, localizadas em cidades diferentes, a saber, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP e Brasília – DF.

6.13.4. São papéis desempenhados pela Fiscalização Setorial:

6.13.4.1. Acompanhamento da execução do Contrato, nos aspectos técnicos e / ou administrativos, nos respectivos locais de atuação.

6.13.4.2. Atuação como representante da Administração, em cada unidade ou setor de execução.

6.13.4.3. Registro de todas as ocorrências, faltas ou defeitos observados, garantindo o cumprimento dos termos do Contrato.

6.13.4.4. Auxílio ao Gestor do Contrato, juntamente com os Fiscais Técnico e Administrativo, visando garantir o sucesso da execução contratual.

6.14. Gestor do Contrato

Cabe ao gestor do contrato:

6.14.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.14.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.14.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.14.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme estabelecido no Decreto 11.246, de 2022, Artigo 21, VIII.

- 6.14.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.14.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.14.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.14.8 Receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.14.8.1. Às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.14.8.2. À notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste Item para aferição da qualidade da prestação dos serviços
- 7.2. O Fiscal Técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços ora contratados.
- 7.3. Nos regimes de execução de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação por tarefa, contratação integrada e contratação semi-integrada será adotada sistemática de medição e pagamento associada à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado, vedada a adoção de sistemática de remuneração orientada por preços unitários ou referenciada pela execução de quantidades de itens unitários.
- 7.3.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.3.1.1. Não produziu os resultados acordados,
- 7.3.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.3.3.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4. A Fiscalização Técnica dos Contratos, deverá avaliar constantemente a execução do objeto, utilizando como substituto ao IMR (Instrumento de Medição de Resultados), o disposto junto ao Subitem 8.3.1. (Tabela OCORRÊNCIAS E RESPECTIVAS GLOSAS / SANÇÕES), deste Termo de Referência, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, com base nos critérios estabelecidos, sendo indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.5. A utilização destes critérios não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.6. Com relação aos casos de inadimplemento na execução do objeto, também, as seguintes ocorrências deverão ser registradas pela Contratante, conforme descrito na tabela abaixo:

7.6.1. Tabela de Ocorrências e Respectivas Glosas / Sanções

ID	Ocorrência	Glosa / Sanção

1	Não Cumprimento do Evento 3 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação dos Levantamentos e Estudos Preliminares, conforme previsto nos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
2	Não Cumprimento do Evento 5 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação dos Levantamentos e Estudos Preliminares, conforme previsto no Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
3	Não Cumprimento do Evento 7 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
4	Não Cumprimento do Evento 9 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
5	Não Cumprimento do Evento 11 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
6	Não Cumprimento do Evento 13 do Cronograma de Execução dos Projetos (Apresentação da Conclusão dos Projetos Básico e Complementares, Memoriais, Especificações e Orçamentos referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
7	Não Cumprimento do Evento 15 do Cronograma de Execução dos Projetos (Entrega Final de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.

	como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes aos Itens 6.1. e 6.2. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.
8	Não Cumprimento do Evento 17 do Cronograma de Execução dos Projetos (Entrega Final de todo o Conjunto de Documentos (Projetos e Plantas, Memoriais, Especificações, Orçamentos, bem como Artefatos de Contratação vigentes da Administração Pública Federal) referentes ao Item 6.3. dos Estudos Técnicos Preliminares).	Multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato, por dia útil de atraso, em prestar as informações por escrito, ou por outro meio, quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á Multa de 5% (cinco por cento) sobre o Valor Total do Contrato.

7.7. Durante a execução do objeto, o Fiscal Técnico, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua deterioração, devendo intervir para requerer à Contratada, a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.8. O Fiscal Técnico, deverá apresentar ao Preposto da Contratada, a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

7.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada, materialize a avaliação de desempenho e qualidade, referentes à prestação realizada dos serviços.

7.10. A Contratada poderá apresentar justificativa, para a prestação dos serviços com menor nível de conformidade, a qual poderá ser aceita pelo Fiscal Técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador de serviços.

7.11. Na hipótese de comportamento contínuo, de desconformidade da prestação dos serviços, em relação à qualidade exigida, aos prazos determinados, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos de entrega toleráveis previstos, além dos fatores redutores, deverão ser aplicadas, sanções à Contratada, de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.12. A conformidade do material a ser utilizado, na execução dos serviços, deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada, que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, bem como na Proposta, informando-se as respectivas quantidades e Especificações, tais como marca, qualidade, bem como forma de uso.

7.13. Critérios de Aceitação das Entregas

7.13.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados previamente, junto aos Estudos Técnicos Preliminares, bem como, relacionados a seguir:

7.13.1.1. A conformidade das Entregas de cada uma das Etapas dos Projetos, deverá ser verificada frente às Especificações detalhadas junto ao Subitem 6. (Descrição da Solução Como um Todo), dos Estudos Técnicos Preliminares, bem como, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando-se os respectivos detalhamentos e / ou justificativas, conforme solicitação.

7.13.1.2. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.13.1.3. O representante da Administração deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como, o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas e / ou defeitos observados, bem como encaminhar os apontamentos, à autoridade competente, para as providências cabíveis.

7.13.1.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na Legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

7.13.1.5. O recebimento definitivo dos projetos está condicionado à análise da qualidade dos serviços, conforme as determinações deste Termo de Referência e dos Estudos Técnicos Preliminares. Caso a qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com tais especificações, a Contratante poderá recusar o objeto contratual e aplicar à Contratada as penalidades previstas no neste instrumento, no contrato e na legislação. Nessa situação, a empresa será convocada a refazer integralmente os serviços rejeitados, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.13.1.6. A aferição da execução contratual para fins de pagamento, considerará os seguintes critérios:

7.13.1.6.1. Prazos atendidos conforme estabelecido junto ao Subitem 11.4. (Cronograma Físico-Financeiro), deste Termo de Referência, o qual constitui o documento-base para a realização dos pagamentos.

7.13.1.6.2. Requisitos de Qualidade atendidos totalmente, conforme estabelecido junto aos Estudos Técnicos Preliminares, bem como, neste Termo de Referência.

7.13.1.6.3. Necessidades Tecnológicas e de Negócio, bem como, Demais Requisitos necessários, plenamente satisfeitas, conforme estabelecido nos Estudos Técnicos Preliminares, e neste Termo de Referência.

7.13.1.6.4. Produtos Finais e Entregas de cada uma das Etapas recebidos conforme detalhamentos constantes nos Estudos Técnicos Preliminares e neste Termo de Referência.

7.13.1.6.5. A Contratante poderá solicitar à Contratada, após o Recebimento Definitivo dos Projetos, assessoria para esclarecimentos e ajustes necessários à sua perfeita execução.

7.14. Recebimento

7.14.1. O recebimento de cada etapa está condicionado à apresentação, pela Contratada, dos respectivos resultados, conforme o Subitem 11.4 (Cronograma Físico-Financeiro). Uma vez aprovados pela Fiscalização, esses resultados embasarão a emissão da nota fiscal ou do instrumento de cobrança equivalente.

7.14.2. A Contratada realizará a entrega dos serviços de cada etapa dentro dos prazos pactuados, mediante encaminhamento à Contratante de todos os Produtos Finais listados nos respectivos Itens dos Estudos Técnicos Preliminares. A referida documentação deverá ser enviada por correio eletrônico ou de forma física, a depender da natureza do produto.

7.14.3. Após analisar a documentação recebida, a Fiscalização poderá, se necessário, convocar uma reunião presencial para esclarecimentos, a ser realizada nos locais dos futuros projetos ou outro local adequado. O Coordenador Técnico do Projeto, representante da Contratada, deverá comparecer para prestar todos os esclarecimentos que forem necessários.

7.14.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.14.4.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.14.4.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, junto ao Subitem 11.4., no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade, ou seja, somente serão pagos, serviços definitivamente concluídos.

7.14.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.14.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.14.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período dos Eventos e Etapas descritos junto ao Subitem 11.4. (Cronograma Físico-Financeiro), deste Termo de Referência.

7.14.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.14.10.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.14.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14.12. Em caso de não aceitação dos serviços, a Fiscalização devolverá a documentação à Contratada com a lista de itens a corrigir ou esclarecer, os quais deverão ser retificados e reenviados por correio eletrônico.

7.14.13. O novo envio contendo a documentação ajustada e/ou corrigida, em resposta à notificação recebida da Contratante, deverá ser realizado no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da notificação da Fiscalização.

7.14.14. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14.15. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14.16. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes e demais comprovações para aferir a boa execução do contrato, exigidas por normas técnicas oficiais, bem como a entrega de manuais e instruções relativos aos itens por ela sugeridos (conforme Subitem 4.2), ficando todos esses encargos sob a inteira responsabilidade da Contratada.

7.14.17. Quando a Fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do Contrato, em relação à Fiscalização Técnica e Administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao Gestor do Contrato, para recebimento definitivo.

7.14.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as Especificações constantes junto aos Estudos Técnicos Preliminares, no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades cabíveis.

7.14.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.19.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14.19.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.14.19.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.19.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.19.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14.19.6. O prazo para recebimento definitivo, poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.14.19.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14.20. As inconsistências na execução do objeto, na Nota Fiscal ou nos documentos de cobrança equivalentes, identificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação da despesa, deverão ser sanadas pela Contratada. O prazo para essa regularização não será considerado para fins de recebimento definitivo.

7.14.21. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14.22. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.15. Liquidação

7.15.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.15.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.15.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.15.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.15.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.15.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.16. Prazo de pagamento

7.16.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.16.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

7.17. Forma de pagamento

7.17.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

7.17.2. O pagamento será realizado de forma parcelada, com a devida contraprestação dos serviços entregues, conforme estipulado junto ao Subitem 11.4. (Cronograma Físico-Financeiro), deste Termo de Referência.

7.17.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.17.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.17.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.17.5. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.18. Antecipação de pagamento

7.18.1. *A presente contratação não permite a antecipação de pagamento*

7.19. Reajuste

7.19.1 *Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaborada através de a pesquisa de preços, conforme especificado no item 8.1 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, datada de **Fevereiro / 2026**.*

7.19.2. *Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA , exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.19.3. *Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.19.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.19.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.19.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.19.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.19.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

7.20. Cessão de Crédito

7.20.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.20.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.20.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.20.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.20.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade da Contratada.

7.20.6. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

*8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (**dez**) dias.*

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

*8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,10% (zero virgula 10 por cento) a **0,20%** (zero virgula **vinte** por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.*

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a(s) multa(s) aplicada(s) e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A(s) multa(s) poderá(ão) ser recolhida(s) administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados(as):

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO .

9.1.2. Deverá a licitante atentar para a descrição completa, constante nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

9.2. Regime de Execução

9.2.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

9.3.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

9.3.1.2. A planilha deve seguir o Modelo de Planilha elaborada pela Administração , a qual encontra-se no no Subitem 6.4 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

9.4. Exigências de habilitação

9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

9.4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.1.1.4.. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, 1º e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4.1.1.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.4.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Municipal / Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5. Qualificação Econômico-Financeira

9.5.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação ou de sociedade simples;

9.5.2. . certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

9.5.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando:

9.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{array}{l} \text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{Ativo Total} \end{array}$$

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.5.4 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 10% (dez por cento), **valor total estimado da contratação**.

9.5.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, conforme §4º, do Artigo 16, da IN SEGES/MP 3, de 2018.

9.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.5.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6 Qualificação Técnica

9.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.6.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.2. Certidão de Registro ou Inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, em plena validade, conforme o caso, comprovando a regularidade da situação da licitante e dos profissionais a ela vinculados, na forma da legislação vigente.

9.6.2.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.6.3. As empresas cadastradas ou não no SICAF, relativamente para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos a seguir:

9.6.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

Qualificação Técnico-Operacional

9.6.4. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.6.4.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.6.4.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (tres) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

Considerando a complexidade do projeto a ser realizado e a importância da execução para os projetos futuros do IBGE, entende-se que deve ser considerada a experiência e a expertise comprovada da empresa a ser contratada

9.6.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, que são:

9.6.4.2.1. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 8 (Oito) racks de servidores de aplicação e armazenamento e área de, no mínimo, 30 (Trinta) m2 em ambiente de Data Center;

9.6.4.2.2. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 30 (Trinta) kVA em sistema de suprimento ininterrupto de energia elétrica redundantes, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.2.3. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 60 (Sessenta) kW em sistema de ar condicionado de precisão inrow, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.2.4. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 3000 (tres) mil metros de cabo UTP e 250 (Duzentos e cinquenta) metros fibra óptica, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.2.5. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 1 (um) grupo gerador diesel de 30 (trinta) kW, para alimentar ambiente de Datacenter;

9.6.4.3. Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

9.6.4.3.1. Descrição das características técnicas das obras ou serviços;

9.6.4.3.2. Atestes a execução parcial ou total do objeto;

9.6.4.3.3. Firmado pelo representante legal do contratante;

9.6.4.3.4. Indique a data de emissão;

9.6.4.3.5. Mencione o documento de responsabilidade técnica (ART / RRT).

9.6.4.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante;

9.6.4.5. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:

9.6.4.5.1. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 8 (oito) racks de servidores de aplicação e armazenamento e com área de no mínimo 30 (Trinta) m2 em ambiente de Data Center;

9.6.4.5.2. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 30 (Trinta) kVA em sistema de suprimento ininterrupto de energia elétrica redundantes, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.5.3. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo 60 (Sessenta) kW em sistema de ar condicionado de precisão inrow, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.5.4. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo, 3000 (tres mil) metros de cabo UTP e 250 (Duzentos e cinquenta) metros fibra óptica, em ambiente de Datacenter;

9.6.4.5.5. Ter realizado projeto executivo com, no mínimo 01 (um) grupo gerador diesel de 30 (trinta) kW, para alimentar ambiente de Datacenter;

9.6.4.6. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme modelo constante no Anexo V deste Edital

9.6.4.6.1. Caso a licitante opte por não realizar a Vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo Responsável Técnico da licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, a ser apresentada no momento da habilitação.

9.6.4.7. Todos os licitantes, cadastrados ou não no SICAF, deverão apresentar:

9.6.4.7.1. Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999;

9.6.4.8. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

9.6.4.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.4.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6.4.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6.4.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante estará habilitado para a fase de classificação.

9.6.4.13. *Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

9.6.4.14. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.4.15. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.6.4.16. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.6.4.17. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.6.4.18. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.6.5. A Comprovação da capacitação técnico-profissional se dará por meio de profissional (is) de nível superior com formação em: engenharia elétrica; e engenharia eletrônica; e engenharia mecânica.

9.6.6. Os profissionais devem apresentar certidão emitida pelo órgão regulador informando quais atribuições profissionais possuem (Certidão de Atribuições Profissionais, Certidão de Histórico de Registro(s) de Pessoa Física ou similar). Pode um único profissional ser admitido caso tenha todas as atribuições constante na certidão (por exemplo, para execução de instalações elétricas (art. 8 Res. 218/73) e de telecomunicações (art. 9 Res. 218/73)) e adicionalmente comprovar a execução dos itens listados por meio dos atestados.

9.6.7. O profissional Engenheiro Eletrônico poderá ser substituído por meio de Engenheiro Eletricista (art. nº 8) que também possua a comprovação nos artigos nº 9 da Resolução CREA nº 218/1973. Neste caso deve ser apresentado a Certidão de Atribuições Profissionais do CREA.

9.6.8. Em que pese não ser exigido para fins de comprovação técnico-profissional os profissionais com formação em arquitetura e /ou engenharia civil, porém, a empresa deverá dispor estes profissionais como responsáveis técnicos para as parcelas de obras civis.

9.6.9. Apresentação do profissional, abaixo indicado, devidamente registrado no Conselho Profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, por execução de serviço de características semelhantes, conforme descrito a seguir:

9.6.10. Para o Coordenador Técnico do Projeto Como um Todo: A comprovação da experiência desse profissional em Projetos similares, deverá ser feita até a data de assinatura do Contrato, por meio de Declaração ou Atestado de Capacidade Técnica emitida por empresa pública ou privada, ou ainda por meio de documentação de Projeto que evidencie a participação do profissional, no papel de Coordenador Técnico ou Arquiteto / Engenheiro Responsável.

9.6.11. O profissional acima indicado, deverá liderar o serviço objeto do Contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme descrito no § 6º, do Artigo 67, da Lei 14.133, de 2021.

9.6.12. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que

comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.6.13. No decorrer da execução do objeto, os profissionais indicados para fins de qualificação técnico-profissional poderão ser substituídos, nos termos do **art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133, de 2021**, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente analisada e aprovada pela Administração

9.6.14. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

9.6.15. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.6.16. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.6.17. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.18. Quanto aos demais profissionais disponibilizados pela Contratada, aqueles funcionários eventualmente substituídos ao longo do Contrato, deverão ter as mesmas qualificações técnicas exigidas, para habilitação da empresa, durante a licitação.

9.7. Disposições gerais sobre habilitação

9.7.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.7.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.7.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Documentação complementar para cooperativas

9.8.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.8.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.8.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.8.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.8.1.6.1. Ata de fundação;

9.8.1.6.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.8.1.6.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- 9.8.1.6.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.8.1.6.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.8.1.6.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.8.1.6.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O Custo Estimado Total da contratação é de R\$ 1.322.500,00 (Hum milhão, trezentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), conforme Custos Unitários apostos no documento, descrito como Mapa de Preços, constante no processo administrativo, para a referida aquisição, bem como, na tabela a seguir apresentada:

10.2. Tabela ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estimativas do Valor da Contratação						
LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO (R\$)
1	1	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão do Data Center Principal do IBGE, localizado junto ao Complexo Canabarro (Rio de Janeiro)	Unidade	1	373.750,00	373.750,00
	2	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão do Data Center Secundário do IBGE, localizado junto à Superintendência Estadual de São Paulo (São Paulo - SP)	Unidade	1	347.500,00	347.500,00
	3	ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a implantação de solução de ambiente de alta disponibilidade, visando abrigar o 3º (Terceiro) Data Center do IBGE, a ser implementado na Superintendência Estadual de Brasília (Brasília - DF)	Unidade	1	601.250,00	601.250,00
TOTAL GERAL						1.322.500,00

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

l) Gestão/unidade: [114601 / 11301 – IBGE/ADM. CENTRAL / RJ];

II) Fonte de recursos: [0100];

III) Programa de trabalho:[225270], [225271] da Estrutura Orçamentária – SIAFI – 2025.;

IV) Elemento de despesa: [44905180]; e

v) . Plano interno: [INFRA], [INFO], [12CENSOAGRO].

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. Cronograma Físico-Financeiro

11.4.1. Tabela CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Etapa de Pagamento	Evento de Faturamento	Status do Serviço	Prazo Estimado	% do Valor Contratado	% Acumulado
1	Evento 3	Serviços do Evento 3, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	7,5	7,5
2	Evento 5	Serviços do Evento 5, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	6,5	14,0
3	Evento 7	Serviços do Evento 7, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	7,5	21,5
4	Evento 9	Serviços do Evento 9, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	6,5	28,0
5	Evento 11	Serviços do Evento 11, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	15,0	43,0

6	Evento 13	Serviços do Evento 13, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	12,0	55,0
7	Evento 15	Serviços do Evento 15, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	22,5	77,5
8	Evento 17	Serviços do Evento 17, totalmente concluídos	10 (dez) dias após a entrega dos Serviços, conforme Ordem de Serviço – OS, com a respectiva emissão do Laudo de Exame Qualitativo – LEQ.	22,5	100,0

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Todas as assinaturas eletrônicas, seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no [§3º, do Artigo 4º, do Decreto 10.543, de 13 de Novembro de 2020](#).

Rio de Janeiro, 08 de Janeiro de 2026.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

13.1. Não será utilizado Instrumento Substitutivo na presente contratação.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. ANEXO III

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.</p> <p>Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.</p>

Pelo presente instrumento a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sediado em Avenida Franklin Roosevelt, 166 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.021-120, CNPJ nº 33.787.094/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a **<NOME DA EMPRESA>**, sediada em **<ENDEREÇO>**, CNPJ nº **<Nº do CNPJ>**, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula. Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se a Empresa Contratada, regularmente registrada no CNPJ do MF sob o número (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada neste ato por (representante e qualificação), doravante denominada CONTRATADA, relativamente a atividades a serem realizadas no IBGE, a:

1. Atender as normas de segurança e diretrizes vigentes do IBGE;
2. Tratar com estrito sigilo toda informação, documentada ou não, recebida ou obtida pela CONTRATADA no desempenho de funções e não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou organização, incluindo empregadores ou contratantes e, no futuro, não divulgar estas informações a terceiros, para qualquer finalidade, explícita ou não;
3. Relatar apenas ao seu supervisor ou a seus representantes, as constatações, comentários e conclusões resultantes das avaliações, supervisões, ou atividades das quais tenha participado;
4. Manter de forma segura e confidencial toda documentação recebida do CONTRATANTE, não permitindo a terceiros o seu manuseio e devolvendo-a quando solicitado;
5. Não produzir cópias ou de qualquer forma reproduzir ou ainda transferir para outra parte, quaisquer documentos obtidos em atividades realizadas no IBGE, sem a prévia autorização por escrito;
6. Informar ao CONTRATANTE sobre qualquer relacionamento ou envolvimento, atual, passado ou previsível, com qualquer empresa ou organismo em processo de concessão e manutenção de homologação, ou com a organização com a qual este pertence, antes de assumir qualquer responsabilidade neste processo;
7. Não aceitar qualquer indução, presente, comissão, desconto ou qualquer outro tipo de lucro ou vantagem de empresas ou organismos, em qualquer processo licitatório do IBGE em que esteja envolvida a empresa CONTRATADA ou os seus representantes, ou ainda, de qualquer outra parte interessada;
8. Não agir de maneira prejudicial à imagem ou aos interesses do IBGE;
- 9) Na eventualidade de qualquer desvio dos requisitos estabelecidos neste documento, cooperar totalmente para os procedimentos formais de investigação.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

- I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
- II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
- III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
- IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<div></div> <div></div> <div><Nome></div> <div><Qualificação></div>	
	<div></div> <div></div> <div><Nome></div> <div>Matrícula: xxxxxxxx</div>

TESTEMUNHAS	
<div></div> <div></div> <div><Nome></div>	<div></div> <div></div> <div><Nome></div>

TERMO DE COMPROMISSO

(IN_SGD/ME-01/2019, artigo 18, inciso V, alínea "a": deverá ser assinado pelo representante da empresa)

Pelo presente Termo de Compromisso obriga-se a Empresa Contratada, regularmente registrada no CNPJ do MF sob o número (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), representada neste ato por (representante e qualificação), doravante denominada CONTRATADA, relativamente a atividades a serem realizadas no IBGE, a:

- 1) Atender as normas de segurança e diretrizes vigentes do IBGE;
- 2) Tratar com estrito sigilo toda informação, documentada ou não, recebida ou obtida pela CONTRATADA no desempenho de funções e não divulgar tais informações a qualquer pessoa ou organização, incluindo empregadores ou contratantes e, no futuro, não divulgar estas informações a terceiros, para qualquer finalidade, explícita ou não;
- 3) Relatar apenas ao seu supervisor ou a seus representantes, as constatações, comentários e conclusões resultantes das avaliações, supervisões, ou atividades das quais tenha participado;
- 4) Manter de forma segura e confidencial toda documentação recebida do CONTRATANTE, não permitindo a terceiros o seu manuseio e devolvendo-a quando solicitado;
- 5) Não produzir cópias ou de qualquer forma reproduzir ou ainda transferir para outra parte, quaisquer documentos obtidos em atividades realizadas no IBGE, sem a prévia autorização por escrito;
- 6) Informar ao CONTRATANTE sobre qualquer relacionamento ou envolvimento, atual, passado ou previsível, com qualquer empresa ou organismo em processo de concessão e manutenção de homologação, ou com a organização com a qual este pertence, antes de assumir qualquer responsabilidade neste processo;
- 7) Não aceitar qualquer indução, presente, comissão, desconto ou qualquer outro tipo de lucro ou vantagem de empresas ou organismos, em qualquer processo licitatório do IBGE em que esteja envolvida a empresa CONTRATADA ou os seus representantes, ou ainda, de qualquer outra parte interessada;
- 8) Não agir de maneira prejudicial à imagem ou aos interesses do IBGE;
- 9) Na eventualidade de qualquer desvio dos requisitos estabelecidos neste documento, cooperar totalmente para os procedimentos formais de investigação

16. ANEXO IV**ANEXO IV - TERMO DE CIÊNCIA****INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	Contratação de Serviços de Engenharia, compreendendo a ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão dos Centros de Processamento de Dados Seguros (Data Centers) Principal (RJ) e Secundário (SP), com características de classificação TIER III e TIER II respectivamente, e também a Criação de um 3º (terceiro) Data Center, em Brasília (DF)		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	

_____ <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

17. ANEXO V

ANEXO V – TERMO DE VISTORIA

PREGÃO Nº 00/2025

Processo administrativo nº (03603.000064/2025-76)

Serviço: Contratação de Serviços de Engenharia, compreendendo a ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PRELIMINARES, PROJETOS BÁSICOS, PROJETOS COMPLEMENTARES, BEM COMO ORÇAMENTOS, para a Expansão dos Centros de Processamento de Dados Seguros (Data Centers) Principal (RJ) e Secundário (SP), com características de classificação TIER III e TIER II respectivamente, e também a Criação de um 3º (terceiro) Data Center, em Brasília (DF)

O(a) [nome da licitante], inscrito(a) no CNPJ nº, representado (a) por [nome e função na licitante], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada], declara ter vistoriado minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes do objeto do Edital do Pregão nº/202..., e ter tomado conhecimento das reais peculiaridades da contratação necessárias à perfeita elaboração da proposta comercial.
Rio de Janeiro/RJ, de 202x.

Rio de Janeiro/RJ, ____de_____de 2025.

.....

Assinatura do Representante da Licitante

.....

ATESTO (Assinatura e carimbo do Servidor do IBGE)

Nome da Empresa:.....

CNPJ:

Nome do Representante:

Carteira de Identidade:

NOTAS:

O agendamento da vistoria deve ser feito junto ao contatos listados abaixo com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Rio de Janeiro (RJ) – Complexo Canabarro

Rua General Canabarro, 706 - Bloco A - Sala 216 – Bairro: Maracanã

Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.271-205

Pessoa de Contato: Sr. Hércules Bruno Moreira de Almeida

Telefones: (21) 2142-4792 / (21) 2142-0541 / (21) 98865-8490

E-mail: hercules.almeida@ibge.gov.br

São Paulo (SP) – Superintendência Estadual de São Paulo (SP)

Rua Urussuí, 93 – Bairro: Itaim Bibi

São Paulo – SP – CEP: 04.542-050

Pessoa de Contato: Sr. Wlamir Almeida Pinheiro

Telefones: (11) 2142-8239 / (11) 2142-8300 / (11) 99408-3200

E-mail: wlamir.pinheiro@ibge.gov.br

Brasília (DF) – Superintendência Estadual de Brasília (DF)

SBS (Setor Bancário Sul) – Quadra 2 – 5º andar – Bloco H – Lote 8 – Bairro: Asa Sul

Brasília – DF – CEP: 70.073-902

Pessoa de Contato: Sr. José Magno de Ávila Júnior

Telefones: (61) 3319-2142 / (61) 3319-2172 / (61) 3319-2179 / (61) 98132-3040 /

(61) 99820-6627 / (61) 99163-7917 / (61) 98138-1614

E-mail: jose.avila@ibge.gov.br

."

18. ANEXO VI

ANEXO VI - TERMO DE DISPENSA DE VISTORIA

Processo administrativo nº (03603.000064/2025-76)

O(a) [nome da licitante], inscrito(a) no CNPJ nº, representado (a) por [nome e função na licitante], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada], declara ter conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação através do Edital do Pregão nº/2025., dispensando a necessidade da vistoria "in loco".

Declara ainda, que foi dado acesso às dependências do Órgão, através de cláusula expressa no Edital e que está ciente de que a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, assumindo os ônus dos serviços decorrentes.

Rio de Janeiro/RJ, de 2025

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HERCULES BRUNO MOREIRA DE ALMEIDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/03/2026 às 15:29:00.

SERGIO JORGE DE CARVALHO JUNIOR

Equipe de apoio

BRUNO GONCALVES SANTOS

Equipe de apoio

HUMBERTO DA SILVA PALACIO

Equipe de apoio

MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI

Autoridade competente



Documento assinado eletronicamente por SERGIO JORGE DE CARVALHO JUNIOR, Gerente Nível II, em 5 de Março de 2026, às 15:51:18, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4213521689472449812 e o código CRC 5785B6C9.



Documento assinado eletronicamente por HUMBERTO DA SILVA PALACIO, Gerente Nível II, em 5 de Março de 2026, às 15:58:46, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 84847264352419805 e o código CRC 287E2F1E.



Documento assinado eletronicamente por BRUNO GONCALVES SANTOS, Coordenador, em 5 de Março de 2026, às 16:22:43, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 393006807236918455 e o código CRC 5C91418F.



Documento assinado eletronicamente por MARCOS VINICIUS FERREIRA MAZONI, Diretor, em 5 de Março de 2026, às 16:54:20, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 27194124522075324 e o código CRC 12D02BD0.